

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010

BRASILETROS • Fundação Ampla de Seguridade Social

Obrigatoriedades



Sumário

Demonstrações Contábeis Consolidadas	4
Balanços Patrimoniais – Consolidados.	4
Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido – Consolidadas	5
Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada	6
Demonstrações Complementares.	7
Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido	7
Demonstrações do Ativo Líquido	9
Demonstrações das Obrigações Atuariais	10
Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis	11
1. Contexto Operacional	11
2. Apresentação E Elaboração das Demonstrações Contábeis.	13
3. Principais Práticas Contábeis	14
4. Realizável da Gestão Previdencial	18
5. Realizável da Gestão Administrativa	19
6. Investimentos	20
7. Exigível Operacional.	24
8. Exigível Contingencial	25
9. Hipóteses Atuariais.	28
10. Evolução do Resultado do Exercício:	29
11. Fundos	30
12. Consolidação das Demonstrações Contábeis	31
13. Eventos Subsequentes.	31
Parecer Atuarial.	32
Resumo do Parecer Atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA.	32
Resumo do Parecer Atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV39	
Pareceres	45
Deliberação do Conselho Fiscal	45
Deliberação do Conselho Deliberativo	47
Acompanhamento da Política de Investimentos	49
Relatório Resumo de Políticas de Investimento – PACV	49
Relatório Resumo de Políticas de Investimento – PCA	51
Relatório Resumo de Políticas de Investimento – PGA	52
Demonstrativo Analítico de Investimentos.	53
Demonstrativo Analítico de Investimentos dos Planos PCA E PACV – 2010 E 2009	53
Demonstrativo Analítico de Investimentos do PGA – 2010 E 2009.	54
Demonstrativo dos Investimentos Por Ativo – Dezembro/2010	54
Rentabilidade Nominal Pela Tir.	55
Alocação dos Recursos Segundo Gestão Própria E Terceirizada Em Dezembro/2010.	56
Desembolso Com A Administração da Carteira	57

Demonstrações contábeis consolidadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADOS

Levantados em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS EXPLICATIVAS	2010	2009
DISPONÍVEL		143	149
REALIZÁVEL:		956.063	977.073
Gestão Previdencial	4	163.811	213.284
Gestão Administrativa	5	398	928
Investimentos -	6	791.854	762.861
Fundos de Investimentos		749.285	719.697
Investimentos Imobiliários		42.513	43.089
Financiamentos Imobiliários		56	75
PERMANENTE:		157	169
Imobilizado		157	169
Total do ativo		956.363	977.391

PASSIVO	NOTAS EXPLICATIVAS	2010	2009
EXIGÍVEL OPERACIONAL:	7	1.856	2.120
Gestão Previdencial		1.284	1.547
Gestão Administrativa		572	573
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL:		133.875	120.621
Gestão Previdencial	8.1.1	131.881	118.708
Gestão Administrativa	8.1.2	779	718
Investimentos	8.1.3	1.215	1.195
PATRIMÔNIO SOCIAL:		820.632	854.650
Patrimônio de Cobertura do Plano -		813.630	798.841
Provisões Matemáticas -		829.055	782.692
Benefícios Concedidos		721.736	676.782
Benefícios a Conceder		107.319	105.910
Equilíbrio Técnico -		(15.425)	16.149
Resultados Realizados		(15.425)	16.149
Superávit Técnico Acumulado		-	16.149
(-) Déficit Técnico Acumulado		(15.425)	-
Fundos -		7.002	55.809
Fundos Previdenciais		2.168	51.076
Fundos Administrativos		4.777	4.658
Fundos de Investimentos		57	75
Total do passivo		956.363	977.391

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO - CONSOLIDADAS

Relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	849.917	685.194	24,04
1. Adições:	115.282	250.346	(53,95)
(+) Contribuições Previdenciais	29.237	95.806	(69,48)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	80.529	149.259	(46,05)
(+) Receitas Administrativas	4.794	4.667	2,72
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	470	512	(8,20)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	2	-	100,00
(+) Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	250	102	145,10
2. Destinações:	(149.402)	(85.623)	74,49
(-) Benefícios	(116.233)	(61.638)	88,57
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(10.523)	(1.318)	698,41
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(17.130)	(17.386)	(1,47)
(-) Despesas Administrativas	(5.099)	(4.673)	9,12
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(47)	(44)	6,82
(-) Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	(370)	(564)	(34,40)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(34.120)	164.723	(120,71)
(+/-) Provisões Matemáticas	46.362	28.761	61,20
(+/-) Fundos Previdenciais	(48.908)	51.076	(195,76)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(31.574)	84.886	(137,20)
= B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	815.797	849.917	(4,01)
(-) C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.833	4.733	2,12
(+/-) Fundos Administrativos	4.777	4.658	2,55
(+/-) Fundos dos Investimentos	56	75	(24,75)

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

Relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.658	4.196	11,01
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.266	5.179	1,68
1.1. Receitas	5.266	5.179	1,68
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.910	2.741	6,17
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.884	1.926	(2,18)
Resultado Positivo dos Investimentos	470	512	(8,20)
Reversão de Contingências	2	-	100,00
2. Despesas Administrativas	5.147	4.717	9,12
2.1. Administração Previdencial	3.265	2.787	17,15
Pessoal e encargos	1.828	1.346	35,81
Treinamentos/congressos e seminários	24	11	118,18
Viagens e estadias	18	5	260,00
Serviços de terceiros	997	1.087	(8,28)
Despesas gerais	328	275	19,27
Depreciações e amortizações	21	19	10,53
Contingências	48	44	9,09
Outras Despesas	1	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	1.882	1.930	(2,49)
Pessoal e encargos	1.375	1.346	2,15
Treinamentos/congressos e seminários	20	25	(20,00)
Viagens e estadias	11	12	(8,33)
Serviços de terceiros	162	278	(41,73)
Despesas gerais	292	250	16,80
Depreciações e amortizações	21	19	10,53
Outras Despesas	1	-	100,00
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	119	462	(74,24)
4. Constituição/reversão do Fundo Administrativo (3)	119	462	(74,24)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	4.777	4.658	2,55

Demonstrações Complementares

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	638.891	511.509	24,90
1. Adições:	81.389	197.827	(58,86)
(+) Contribuições Previdenciais	24.482	89.270	(72,58)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	56.907	108.557	(47,58)
2. Destinações:	(130.509)	(70.445)	85,26
(-) Benefícios	(103.860)	(52.436)	98,07
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(7.752)	(691)	1.021,14
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(17.110)	(17.294)	(1,06)
(-) Custeio Administrativo	(1.787)	(24)	7.426,02
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(49.120)	127.382	(138,56)
(+/-) Provisões Matemáticas	29.081	9.404	209,24
(+/-) Fundos Previdenciais	(50.119)	50.119	(200,00)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(28.082)	67.859	(100,00)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	589.771	638.891	(7,69)
C) Fundos não previdenciais	3.233	70	4.518,32
(+/-) Fundos Administrativos	3.178	-	100,00
(+/-) Fundos dos Investimentos	55	70	(21,43)

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	211.027	173.685	21,50
1. Adições:	31.394	50.028	(37,25)
(+) Contribuições Previdenciais	7.652	9.276	(17,51)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.622	40.702	(41,96)
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	120	50	140,00
2. Destinações:	(16.394)	(12.686)	29,23
(-) Benefícios	(12.373)	(9.201)	34,47
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(2.771)	(626)	342,65
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(139)	(142)	(2,11)
(-) Custeio Administrativo	(1.111)	(2.717)	(59,11)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	15.000	37.342	(59,83)
(+/-) Provisões Matemáticas	17.282	19.358	(10,72)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.210	958	26,39
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.492)	17.026	(120,51)
= B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	226.027	211.027	7,11
(-) C) Fundos não Previdenciais	1.601	5	32.626,18
(+/-) Fundos Administrativos	1.600	-	100,00
(+/-) Fundos dos Investimentos	1	5	(70,59)

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos:	726.344	758.330	(4,22)
Disponível	44	62	(29,03)
Recebível	166.117	213.206	(22,09)
Investimento -	560.183	545.062	2,77
Fundos de Investimento	517.615	501.903	3,13
Investimentos Imobiliários	42.513	43.089	(1,34)
Financiamentos Imobiliários	55	70	(21,43)
2. Obrigações:	133.340	119.369	11,70
Operacional	1.580	802	97,01
Contingencial	131.760	118.567	11,13
3. Fundos não Previdenciais:	3.233	70	4.518,57
Fundos Administrativos	3.178	-	100,00
Fundos dos Investimentos	55	70	(21,43)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	589.771	638.891	(7,69)
Provisões Matemáticas	617.853	588.772	4,94
Superávit/Déficit Técnico	(28.082)	-	(100,00)
Fundos Previdenciais	-	50.119	(100,00)

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos:	229.821	213.112	7,84
Disponível	42	49	(14,29)
Recebível	2.905	376	672,61
Investimento -	226.874	212.687	6,67
Fundos de Investimento	226.873	212.682	6,67
Financiamentos Imobiliários	1	5	(80,00)
2. Obrigações:	2.193	2.081	5,36
Operacional	857	745	15,02
Contingencial	1.336	1.336	(0,02)
3. Fundos não Previdenciais:	1.601	5	31.922,90
Fundos Administrativos	1.600	-	100,00
Fundos dos Investimentos	1	5	(71,22)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	226.027	211.027	7,11
Provisões Matemáticas	211.202	193.920	8,91
Superávit/Déficit Técnico	12.657	16.149	(21,63)
Fundos Previdenciais	2.168	958	126,30

DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Levantadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	589.771	588.772	0,17
1. Provisões Matemáticas	617.853	588.772	4,94
1.1. Benefícios Concedidos	611.648	582.208	5,06
Benefício Definido	611.648	582.208	5,06
1.2. Benefícios a Conceder	6.205	6.564	(5,47)
Benefício Definido	6.205	6.564	(5,47)
2. Equilíbrio Técnico	(28.082)	-	(100,00)
2.1. Resultados Realizados	(28.082)	-	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(28.082)	-	(100,00)

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	223.859	210.069	6,56
1. Provisões Matemáticas	211.202	193.920	8,91
1.1. Benefícios Concedidos	110.088	94.574	16,40
Contribuição Definida	1.968	275	615,64
Benefício Definido	108.120	94.299	14,66
1.2. Benefícios a Conceder	101.114	99.346	1,78
Contribuição Definida -	99.985	98.397	1,61
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	51.572	51.609	(0,07)
Saldo de contas - Parcela participantes	48.413	46.788	3,47
Benefício Definido	1.129	949	18,97
2. Equilíbrio Técnico	12.657	16.149	(21,62)
2.1. Resultados Realizados	12.657	16.149	(21,62)
Superávit técnico acumulado -	12.657	16.149	(21,62)
Reserva de contingência	12.657	16.149	(21,62)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros ("Fundação") é uma entidade de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de março de 1972, de acordo com autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Previdência – MPAS, através da Portaria nº 1.549 datada de 17 de maio de 1979.

A Fundação é dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo instituir e manter planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

De conformidade com o Artigo nº 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado, aplicando no país a totalidade dos seus recursos, e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Fundação mantinha até o exercício de 1998 um único plano, do tipo benefício definido, denominado Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA).

Em decorrência do déficit atuarial registrado nesse plano até 1998, a Fundação, com o apoio de sua patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A., elaborou um programa de ajustes com a implantação de um novo plano de benefícios.

Em 8 de janeiro de 1999, através do Ofício nº 15/SPC/CGOF/COJ, a Secretaria de Previdência Complementar, com base na Instrução nº 6 de 16 de junho de 1995, aprovou a implantação do novo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida – PACD, cuja nomenclatura foi alterada para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, após aprovação do Conselho Deliberativo em 21 de fevereiro de 2006, em cumprimento à Instrução Normativa SPC nº 09, de 17 de janeiro de 2006.

Aos participantes vinculados ao PCA, foi dada a opção de se transferirem para o novo plano, sendo que, encerrado o processo de migração, houve a adesão de 98% dos participantes ativos ao novo plano de benefícios.

Através da Portaria nº 1.015, de 05 de abril de 2007, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC o convênio de adesão da Endesa Brasil S/A ao Plano de Apo-

sentadoria de Contribuição Variável – PACV, tornando-se esta, dessa forma, uma nova patrocinadora do referido plano administrado pela Fundação.

No ano de 2008, foi realizada uma alteração no Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, extinguindo-se o benefício de aposentadoria na forma de renda vitalícia mantendo-se apenas a de renda certa. A alteração dessa regra, homologada pelo Conselho Deliberativo em 14 de abril de 2008, e aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC através da Portaria nº 2.457, de 12 de agosto de 2008, objetivou eliminar

parte do risco daquela modalidade de plano.

A nova regra aplica-se aos novos participantes ingressos no referido plano a partir de 14 de agosto de 2008, para os quais só serão concedidos, doravante, benefícios de aposentadoria na modalidade de renda certa (5 anos, no mínimo, e 20 anos, no máximo). Para os participantes remanescentes, ficam valendo as regras anteriores que permitiam a opção entre renda certa e renda vitalícia.

A Fundação possuía em 31 de dezembro de 2010 e 2009 as seguintes quantidades de participantes:

DESCRIÇÃO	2010			2009		
	PCA	PACV	TOTAL	PCA	PACV	TOTAL
Participantes Ativos	32	1.190	1.222	35	1.252	1.287
Assistidos	2.188	490	2.678	2.226	461	2.687
Autopatrocinaados	-	8	8	-	7	7
Total	2.220	1.688	3.908	2.261	1.720	3.981

No Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA os participantes ativos e assistidos contribuem com montantes que variam de acordo com as faixas de remuneração.

A patrocinadora verteu, no ano de 2010, contribuições mensais para o custeio das despesas administrativas do PCA em 13 parcelas no ano, perfazendo o montante total de R\$ 1.787. Quanto à contribuição normal de patrocinadora, foi pago o equivalente a 3,29% da folha de salário da Ampla Energia e Serviço S.A., conforme prevista no Artigo A.8.2 do respectivo regulamento.

No ano de 2011, incidirá sobre a folha de pa-

gamento dos participantes, a título de contribuição normal, o valor correspondente a 3,10%. Além da contribuição normal, a patrocinadora efetuará 13 contribuições mensais incluindo o 13º salário, perfazendo o montante de R\$ 1.716 para custeio das despesas administrativas. Considerando que os valores acima foram projetados para todo o ano, será feito um monitoramento permanente das contribuições reais, de forma que seja observada a paridade contributiva entre participantes e patrocinadora.

No Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, as patrocinadoras contribuem na proporção de 100% sobre as contribuições

normais dos participantes até o limite de 5% do salário real de contribuição.

Assim, em 2010, os níveis de contribuições se apresentaram da seguinte forma:

Contribuição normal	4,10%
Contribuição especial para cobertura de saldo projetado dos benefícios de invalidez e morte	0,16%
Total	4,26%

O custeio das despesas administrativas do PACV foi realizado pelas contribuições das patrocinadoras Ampla Energia e Serviços S.A. e Endesa Brasil, em 13 parcelas iguais no ano,

perfazendo o montante total de R\$ 1.093.

No ano de 2011, as contribuições corresponderão aos percentuais abaixo:

Contribuição normal	4,07%
Contribuição especial para cobertura de saldo projetado dos benefícios de invalidez e morte	0,13%
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	1,63%
Total	5,83%

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, conforme a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar nº 34 de 24 de setembro de 2009, com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC TE 11 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2010, a qual regulamentou a norma contábil do segmento de entidade fechada de

previdência complementar, e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis possui três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o fluxo de investimentos que é comum as Gestões Previdencial e Administrativa.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado e do fluxo financeiro desse serviço, estão sendo adequadas de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. ATIVO REALIZÁVEL

Gestão previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes, no final de cada mês. Adicionalmente, registra as contribuições contratadas com a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A.

Gestão administrativa

Registra os direitos a receber, as despesas futuras, os adiantamentos concedidos a empregados e valores a receber de terceiros, de operações necessárias ao gerenciamento da administração dos planos de benefícios, ao controle e à administração dos investimentos.

Investimentos

a) Fundos de Investimento:

RENDA FIXA

As aplicações são efetuadas em fundos de investimentos exclusivos ou de mercado e estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

Os fundos classificados como "renda fixa" têm como principal fator de risco a variação da taxa de juros doméstica ou de índice de preços, ou ambos.

AÇÕES

As ações no mercado à vista estão demonstradas a valor de mercado, com base no preço

de fechamento do último dia em que a ação tenha sido negociada em bolsa de valores. A variação apurada entre o valor contábil e o de mercado é apropriada na conta de resultado dos investimentos. Os gastos com compra das ações são considerados como parte integrante de seu custo de aquisição. As aplicações em fundos de ações exclusivos e de mercado estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

Os fundos classificados como "ações" têm como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado.

MULTIMERCADO

As aplicações são efetuadas em fundos de investimentos exclusivos ou de mercado e estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

Os fundos classificados como "multimercado" possuem políticas de investimentos que envolvem diversos fatores de risco, não tendo o compromisso de concentração em nenhum fator específico.

DIREITOS CREDITÓRIOS

As aplicações são efetuadas em fundos de investimento de mercado e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC é um tipo de fundo de investimen-

to que possui regulamentação própria editada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Os recursos são investidos em valores mobiliários ou ativos financeiros.

PARTICIPAÇÕES

As aplicações são efetuadas em fundos de investimentos de mercado e estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

Fundo de Investimento em Participações (FIP), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

IMOBILIÁRIO

As aplicações são efetuadas em fundos de investimentos de mercado e estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

Os Fundos Imobiliários são investimentos lastreados em imóveis, com rendimento proveniente de aluguéis, ideal para quem quer diversificar os investimentos.

Fundos Imobiliários são formados por grupos de investidores, com o objetivo de aplicar recursos, solidariamente, no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ou em imóveis prontos. Do patrimônio de um fundo podem

participar um ou mais imóveis, parte de imóveis, direitos a eles relativos etc. Tornaram-se uma alternativa para quem deseja aplicar no setor de imóveis sem precisar se envolver na administração de obras ou diretamente na compra.

b) Investimentos imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, de acordo com reavaliação a cada três anos, e depreciados pelo método linear pelas taxas estabelecidas em função de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

c) Operações com participantes

Registram as operações de empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos até dezembro de 1994 a participantes ativos e assistidos. Estas operações foram realizadas em duas séries, sendo a primeira atualizada pelo IGP-M acrescidos de juros de 6% ao ano, e a segunda através da variação da Taxa Referencial (TR) mais juros de 1% ao mês.

Com a finalidade de renegociação do saldo devedor, foram adotadas providências de solução definitiva para o equacionamento da carteira de operações com participantes, segmento de financiamento imobiliário, deflagrada entre os anos de 1992 a 1994. Esta foi submetida à apreciação da Secretaria de Previdência Complementar, através da carta PRE-B/2004 de 22 de setembro de 2004, obtendo-se como resposta orientativa do Órgão de Controle e Fiscalização o Ofício nº 179/SPC/DEPIN, o qual menciona que é ato de gestão de única e exclusiva responsabilidade dos dirigentes da

Fundação. Decidiu o Conselho Deliberativo da Fundação em 12 de agosto de 2005, conceder aos participantes ativos e assistidos com saldo residual devedor após o encerramento do prazo contratual de 10 anos, um desconto de 90%, e o saldo remanescente ser pago em parcelas fixas a negociar sem juros e correção monetária. Tal decisão foi comunicada àquela Secretaria, através de relatório circunstanciado encaminhado pela Carta nº 139/PRE-B/2005, de 16 de setembro de 2005. Para os mutuários inadimplentes, inclusive para aqueles com ação judicial em curso, decidiu o Conselho Deliberativo, em reunião de 11 de outubro de 2005, oferecer um desconto de 70% sobre o saldo devedor atualizado até o vencimento contratual.

3.2. PERMANENTE

Representado pelos bens de uso próprio, é demonstrado ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- 10% - Móveis e utensílios;
- 10% - Máquinas e equipamentos;
- 10% - Instalações
- 10% - Sistema de comunicação
- 10% - Sistema de segurança
- 20% - Computadores e periféricos;
- 25% - Refrigeradores e ventiladores

3.3. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Gestão previdencial

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na

fonte a recolher, restituição de contribuição, repasse para a patrocinadora do plano médico e odontológico, entre outros.

Gestão administrativa

Registra valores a recolher de encargos sobre folha de pagamento, provisão de férias e seus respectivos encargos, despesas a pagar de serviços de terceiros e encargos.

Investimento

Registra serviços de terceiros contratados para execução de obras nos imóveis.

3.4. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. (Vide nota explicativa nº.8 – Exigível contingencial).

3.5. EXIGÍVEL ATUARIAL

As provisões matemáticas representam o total dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e são divididos em dois grupos: benefícios concedidos e benefícios a conceder, calculadas por atuário externo Mercer Human Resource Consulting Ltda.

3.6. OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Atendendo à determinação da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução Secretaria de Previdência

Complementar – SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas previdenciais e de investimento deduzidas das despesas comuns e específicas da administração do previdencial e investimento, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano de benefício a Fundação utiliza o seguinte critério:

Receitas: são debitadas aos planos de benefícios em conformidade com o plano de custeio vigente, sendo utilizada as fontes de custeio previdencial e de investimento conforme re-

gulamento próprio do PGA;

Despesas Específicas: alocadas diretamente ao plano de benefício e a gestão que as originou;

Despesas Comuns: Os custos administrativos são determinados proporcionalmente à participação operacional de cada área nos respectivos programas.

Esses custos dos Programas Previdencial e de Investimentos representaram no ano de 2010 respectivamente 63,20% e 36,80% e em 2009 foi de 58,69% e 41,31% do total geral das despesas comuns.

O critério de rateio entre planos para a gestão previdencial e de investimento foi definido em razão dos recursos garantidores de cada plano. O rateio dos custos administrativos de 2010 foram calculados com 72% para o Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e de 28% para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV e no ano de 2009 o rateio dos custos administrativos dos investimentos foram calculados respectivamente com 73% e 27%.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

O demonstrativo da composição consolidada das contribuições contratadas e normais é como segue:

PATROCINADORA AMPLA	SIGLA DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2010	2009
Contrato III			
Serviço passado contratado			
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	<u>116.311</u>	<u>116.549</u>
Déficit Técnico Contratado			
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	<u>46.568</u>	<u>96.606</u>
Total do Contrato III		<u>162.879</u>	<u>213.154</u>
Contribuições normais do mês			
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	8	-
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	<u>910</u>	<u>11</u>
Total das Contribuições normais do mês		<u>919</u>	<u>11</u>
Total patrocinadora Ampla		<u>163.798</u>	<u>213.165</u>
Patrocinadora Endesa			
Contribuições normais do mês			
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	<u>13</u>	<u>4</u>
Outros realizáveis			
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	1	52
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	<u>-</u>	<u>63</u>
Total de Outros realizáveis		<u>1</u>	<u>115</u>
Total da Gestão Previdencial		<u>163.811</u>	<u>213.284</u>

As contribuições das patrocinadoras são registradas pelo regime de competência e recebidas até o dia 10 do mês subsequente no caso do PCA e até o terceiro dia útil após o pagamento da folha das patrocinadoras no PACV.

CONTRATO III

Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA

Em 1º de janeiro de 2002, a Fundação assinou contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das provisões matemáticas a constituir junto à

Ampla Energia e Serviços S.A., equacionando os custos decorrentes para completa integralização, no valor de R\$118.221, baseado em parecer atuarial.

O contrato foi financiado em 20 anos, com carência de 30 meses, reajustado com base no IGP-DI e juros de 6% ao ano. No período de carência, a patrocinadora pagou os juros e correção monetária, no montante de R\$58.632.

A amortização e encargos mensais vêm sendo rigorosamente cumpridos desde julho de 2004, término do período de carência, já tendo sido realizado até essa data o pagamento de 77 parcelas, no montante de R\$ 101.845.

O déficit técnico apurado em 31 de dezembro de 2006, no valor de R\$29.453, foi incorporado ao contrato em maio de 2007 e o apurado em 31 de dezembro de 2008, no valor de R\$ 67.859, foi incorporado ao contrato em abril de 2009.

O contrato foi reduzido até 2010 no montante de R\$ 59.409, conforme contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a patrocinadora, com cláusula de revisão atuarial.

A partir de junho 2007, o contrato passou a ser atualizado pelo INPC.

5. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2010	2009
Contribuição Taxa PGA	376	-
Despesas Futuras	8	8
Adiantamento de Férias	11	86
Responsabilidade de Terceiros	3	-
A receber do PCA e PACV	-	834
Total da Gestão Administrativa	398	928

6. INVESTIMENTOS

O demonstrativo da composição segregada por plano da carteira de investimentos é como segue:

	2010				2009			
	PCA	PACV	PGA	TOTAL	PCA	PACV	PGA	TOTAL
Fundos de Investimentos								
FUNDO DE RENDA FIXA								
- HSBC Asset Management	188.815	-	-	188.815	148.340	-	-	148.340
- BTG Pactual	-	2.161	-	2.161	-	423	-	423
Total dos fundos em Renda Fixa	188.815	2.161	-	190.976	148.340	423	-	148.763
FUNDO DE AÇÕES								
- Banco Bradesco S.A.	29.863	1.706	-	31.569	29.566	-	-	29.566
- Santander Brasil S.A – CCVM	50.813	37.376	-	88.189	50.313	36.968	-	87.281
- HSBC Asset Management	24.848	1.694	-	26.542	25.234	-	-	25.234
- Intrag DTVM S.A.	1.199	-	-	1.199	1.191	-	-	1.191
- Banco Votorantim	-	1.753	-	1.753	-	1.195	-	1.195
- BEM DTVM Ltda.	323	-	-	323	293	-	-	293
- Banco Itaucard S.A.	361	-	-	361	289	-	-	289
- Banco Fator S.A.	316	-	-	316	272	-	-	272
- Banco BNP Paribas Asset Management	-	640	-	640	-	-	-	-
- Banco Credit Suisse	-	270	-	270	-	-	-	-
Total dos fundos em Ações	107.723	43.439	-	151.162	107.158	38.163	-	145.321
FUNDO DE MULTIMERCADO								
- HSBC Asset Management	49.182	-	-	49.182	51.918	-	-	51.918
- Banco BNP Paribas Asset Management	-	106.109	-	106.109	-	94.588	-	94.588
- Banco Alfa de Investimentos	46.918	-	-	46.918	49.747	-	-	49.747
- Banco Bradesco S.A.	50.759	-	-	50.759	61.415	-	-	61.415
- Santander Brasil S.A – CCVM	-	64.136	-	64.136	-	71.841	-	71.841
- Banco Votorantim	66.337	-	-	66.337	83.325	-	-	83.325
- SulAmerica	-	8.777	-	8.777	-	7.667	-	7.667
- Banco Itaucard S.A.	262	-	4.797	5.059	-	-	5.112	5.112
- Intrag DTVM S.A.	266	-	-	266	-	-	-	-
- BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	-	259	-	259	-	-	-	-
Total dos fundos Multimercado	213.724	179.281	4.797	397.802	246.405	174.096	5.112	425.613
FUNDO DE DIREITO CREDITÓRIO								
- Caixa Econômica Federal	5.077	-	-	5.077	-	-	-	-
Total do fundo Direito Creditório	5.077	-	-	5.077	-	-	-	-
FUNDO DE PARTICIPAÇÕES								
- Rio Bravo	2.276	1.484	-	3.760	-	-	-	-
Total do fundo de Participações	2.276	1.484	-	3.760	-	-	-	-
FUNDO IMOBILIÁRIO								
- Citibank DTVM S.A.	-	508	-	508	-	-	-	-
Total do fundo Imobiliário	-	508	-	508	-	-	-	-
Total dos fundos de investimentos	517.615	226.873	4.797	749.285	501.903	212.682	5.112	719.697
Investimentos imobiliários								
Edificações -								
- Avenida Paulo Leitão, 695 – Magé – RJ	2.496	-	-	2.496	2.538	-	-	2.538
- Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 – Niterói – RJ	35.744	-	-	35.744	36.191	-	-	36.191
- Rua Aureliano Coutinho, 81 – Petrópolis – RJ	4.267	-	-	4.267	4.310	-	-	4.310
- Valores a Receber -	6	-	-	6	50	-	-	50
Total de edificações	42.513	-	-	42.513	43.089	-	-	43.089
Operações com participantes								
Financiamentos imobiliários	55	1	-	56	70	5	-	75
Total dos Investimentos	560.183	226.874	4.797	791.854	545.062	212.687	5.112	762.861

INFORMAÇÕES RELATIVAS À CLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição dos ativos integrantes da carteira de renda fixa dos fundos de investimentos, segregado entre títulos para negociação e faixas de vencimentos atendendo a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 são apresentadas a seguir:

Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

VENCIMENTO DOS TÍTULOS	2010			2009		
	PARA NEGOCIAÇÃO	MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL	PARA NEGOCIAÇÃO	MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL
Até 60 dias	34.460	68	34.528	72.679	1.629	74.308
De 61 a 180 dias	7.783	-	7.783	11.522	-	11.522
De 181 a 360 dias	25.333	-	25.333	38.225	-	38.225
Acima de 360 dias	<u>125.322</u>	<u>191.684</u>	<u>317.006</u>	<u>116.562</u>	<u>146.719</u>	<u>263.281</u>
Total	<u>192.898</u>	<u>191.752</u>	<u>384.650</u>	<u>238.988</u>	<u>148.348</u>	<u>387.336</u>

Títulos mantidos até o vencimento - PCA

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	2010		2009	
	CUSTO HISTÓRICO	CUSTO ATUALIZADO	CUSTO HISTÓRICO	CUSTO ATUALIZADO
CDB	7.000	7.731	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	107.837	180.897	94.870	146.718
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29	130	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	67	67	1.629	1.629
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F O	1	1	-	-
Letras Financeiras	<u>2.800</u>	<u>2.926</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>117.734</u>	<u>191.752</u>	<u>96.499</u>	<u>148.348</u>

Títulos para negociação - PCA

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2010		2009	
	CUSTO HISTÓRICO	CUSTO ATUALIZADO	CUSTO HISTÓRICO	CUSTO ATUALIZADO
CDB	24.140	32.011	31.630	37.338
Debêntures	25.013	25.946	18.016	18.270
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.155	9.693	13.242	54.261
Letras Financeiras do Tesouro - LFT O	9.042	9.042	9.706	9.706
Letras do Tesouro Nacional - LTN	26.411	24.040	62.900	55.955
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	8.100	8.103	52.826	52.843
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	37.941	71.400	1.103	2.083
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B O	10.998	11.003	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	1.683	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F O	-	-	-	1.767
DPGE	1.500	1.660	1.500	1.546
Outros	-	-	5.000	5.219
Total	<u>145.300</u>	<u>192.898</u>	<u>197.606</u>	<u>238.988</u>

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV

VENCIMENTO DOS TÍTULOS	2010			2009		
	PARA NEGOCIAÇÃO	MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL	PARA NEGOCIAÇÃO	MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL
Até 60 dias	4.418	-	4.418	34.161	-	34.161
De 61 a 180 dias	6.906	-	6.906	5.901	-	5.901
De 181 a 360 dias	33.550	-	33.550	20.507	-	20.507
Acima de 360 dias	<u>117.290</u>	<u>3.918</u>	<u>121.208</u>	<u>99.906</u>	<u>-</u>	<u>99.906</u>
Total	<u>162.164</u>	<u>3.918</u>	<u>166.082</u>	<u>160.475</u>	<u>-</u>	<u>160.475</u>

Títulos mantidos até o vencimento – PACV

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	2010		2009	
	CUSTO HISTÓRICO	CUSTO ATUALIZADO	CUSTO HISTÓRICO	CUSTO ATUALIZADO
Letras Financeiras	<u>3.900</u>	<u>3.918</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.900</u>	<u>3.918</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Títulos para negociação – PACV

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2010		2009	
	CUSTO HISTÓRICO	CUSTO ATUALIZADO	CUSTO HISTÓRICO	CUSTO ATUALIZADO
CDB	20.919	23.981	18.450	20.647
Debêntures	24.711	25.720	16.875	17.256
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	2.283	10.269	3.084	12.637
Letras do Tesouro Nacional – LTN	56.280	49.475	39.390	35.117
Letras do Tesouro Nacional – LTN O	2.325	2.325	12.486	12.490
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	24.339	45.259	13.241	18.962
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B O	246	246	13.817	22.515
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	1.796	1.787	17.917	18.760
DPGE	918	955	-	-
Outros	<u>2.000</u>	<u>2.147</u>	<u>2.000</u>	<u>2.091</u>
Total	<u>135.816</u>	<u>162.164</u>	<u>137.260</u>	<u>160.475</u>

(1) Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(2) Os valores apresentados são líquidos de provisões para perdas.

Títulos da dívida agrária:

A Fundação, contratou para consultoria o escritório jurídico Betiol, o qual obteve sucesso na ação judicial movida contra a União, resultando na recuperação e recebimento de parte de parcela de juros e atualização monetária dos títulos da dívida agrária, em uma quantidade de 27.730, adquiridos em 27 de julho 1987, os quais tinham sido apreendidos pelo INCRA, correspondendo a um ingresso de recursos, em maio de 2005, da ordem de R\$ 4.958.

Dando continuidade, a Fundação recontratou o mesmo escritório jurídico Betiol, através do contrato assinado em 01 de junho de 2005, com a finalidade de defender os interesses da Fundação junto à Justiça Federal de Brasília – DF, pelo ajuizamento de ação ordinária a fim de receber os valores omitidos por ocasião do resgate dos títulos da dívida agrária em setembro de 1997, acrescidos dos honorários de sucumbência ao índice de 13,89%, que corresponde a expressão da correção monetária suprimida em fevereiro de 1991, à parcela de juros compensatórios de 6 % a.a, e juros de mora, também 6 % a.a, e frações pro rata devida a partir do vencimento até o efetivo

pagamento, computando-os mês a mês.

A ação judicial foi distribuída em 10 de agosto de 2005 e, após a apresentação de todas as provas pertinentes, a ação foi julgada procedente em novembro de 2007. A União apresentou recurso de apelação e a Fundação apresentou as contra-razões. Com o objetivo de majorar os honorários de sucumbência, a Fundação apresentou recurso adesivo.

Durante o ano de 2008, foram realizados todos os expedientes cartorários para o encaminhamento dos recursos ao TRF – Tribunal Regional Federal para julgamento, tendo sido publicado em 07 de janeiro de 2009 o envio do processo à juíza relatora.

Após apresentação de memorial em 04 de fevereiro de 2009 o processo encontra-se no gabinete da relatora aguardando ser incluído em pauta para julgamento dos respectivos recursos.

Em agosto de 2010, o processo foi recebido no gabinete do Desembargador Federal Jirair Meguerian. Ainda aguardando julgamento dos respectivos recursos.

Investimentos imobiliários

Conforme determina a Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, revogada pela Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007, os imóveis têm sido re-

avaliados a cada três anos. A Fundação reconheceu em fevereiro de 2009, reavaliação no montante de R\$ 7.850, a qual foi baseada nos laudos de avaliação emitido por perito independente – Bolsa de Negócios Imobiliários do Rio de Janeiro.

IMÓVEIS REAVALIADOS	VALOR CONTÁBIL	REAVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
Pça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 – Niterói – RJ	29.857	6.395	36.252
R. Aureliano Coutinho, 81 – Petrópolis – RJ	3.804	543	4.347
Av. Paulo Leitão, 695 – Magé – RJ	1.661	912	2.574
Total dos imóveis reavaliados	35.322	7.850	43.172

Os imóveis passarão a ser depreciados pela vida útil remanescente estimadas nos referidos laudos de avaliação, como segue:

IMÓVEL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO - %
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 – Niterói – RJ	68 anos	1,47
Rua Aureliano Coutinho, 81 – Petrópolis – RJ	65 anos	1,54
Avenida Paulo Leitão, 695 – Magé – RJ	45 anos	2,22

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O demonstrativo da composição consolidada do exigível operacional é como segue:

DESCRIÇÃO	2010	2009
Valor a pagar do PCA e PACV ao administrativo	-	834
IRRF a Recolher	279	303
Provisão Folha da Brasiletros	314	275
Repasse a Sindicatos e Associações	275	235
Fornecedores	142	201
Valor do PCA a pagar PACV	-	114
Valor a restituir a Patrocinadora (Ampla/Endesa)	7	63
Valores a Recolher s/Folha Brasiletros	101	52
Complementação de Aposentadoria / Devolução de Poupança	77	37
CSLL, COFINS e PIS s/ Serviços de Terceiros	7	4
Outros	5	2
Repasse para Patrocinadora de Assist. Médica/Odontológica	649	-
Total do exigível operacional	1.856	2.120

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Fundação.

8.1. PASSIVOS CONTINGENTES - PROVÁVEIS

A Fundação adota como critério para o registro dessas contingências provisionar somente as ações consideradas, por seus consultores jurídicos, com chance de perda provável. As provisões contingências registram ocorrências de fatos que merecerão decisões que poderão, ou não, gerar desembolsos.

O percentual de provisionamento para cada uma delas é de 100% (cem por cento) do montante que a Fundação pagaria para liquidar a obrigação, levando-se em consideração aspectos específicos do processo.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhado a seguir:

8.1.1. Gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são ações interpostas por ex-participantes, participantes e assistidos, sendo a quase totalidade dessas ações referente ao Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA, que estão pleiteando:

- (a) Concessão do benefício sem os limites etário e de teto de remuneração;
- (b) Revisão do benefício com base nas verbas salariais deferidas em processo trabalhista

em face da patrocinadora;

- (c) Nulidade da migração do Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, em abril de 1999;
- (d) Conversão dos benefícios de cruzeiros reais para reais (Plano real), por ocasião do reajuste anual de outubro de 1994 (diferença de 46,6% referente ao INPC de junho de 1994);
- (e) Diferença de índice de reajuste;
- (f) Diferenças decorrentes de atualização monetária de reservas de poupança – expurgo inflacionário; (março de 1990 a março de 1991 – IPC/BTN);
- (g) Restituição da contribuição da patrocinadora para o plano de benefícios;

Também compõe a provisão dos processo o registro da ação de mandado de segurança interposta pela Fundação em face da União Federal/Fazenda Nacional, com relação ao tratamento tributário dado ao abono pago anualmente aos beneficiários de complementação de aposentadoria.

Os processos vêm sendo atualizados mensalmente pela TR (Banco Central), acrescido dos juros de mora de 1% (um por cento) calculados sobre os valores corrigidos, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.

8.1.2. Gestão administrativa

A Fundação constitui provisão para contingências do PIS que vem sendo atualizado pela taxa SELIC e ação reclamatória promovida por ex-prestador de serviço do Plano Médi-

co que pleiteiam o reconhecimento do vínculo empregatício junto à Fundação, as quais são atualizadas mensalmente TR (Banco Central) + 1% de juros de mora, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.

8.1.3. Investimentos

Os processos dos investimentos são decorrentes de ações relativas aos imóveis de Magé e de Petrópolis, bem como de anulação de cobrança do Empréstimo Imobiliário, conforme a seguir detalhado:

- I. Imóvel de Magé: Foi constituída provisão para contingência do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.
- II. Imóvel de Petrópolis: Regularização do imóvel (Indenização de área comum, visando a obtenção da Escritura Definitiva).

Foram adotadas providências através de tratativas para formalização e regularização da es-

critura definitiva de compra e venda atinentes às frações ideais de terreno, com os promitentes vendedores das mesmas, em cumprimento ao que foi ajustado na escritura de promessa de compra de venda e de cessão. Após esgotadas todas as tentativas visando o deslinde da questão, sem contudo ser obtido sucesso, restou apenas a distribuição de ação judicial específica para buscar a solução para o impasse, o que no momento está sendo providenciada.

Diante disso, a Fundação preservou a provisão atualizada referente à questão de eventuais indenizações aos proprietários diante do entendimento de apropriação de área comum e despesas com a viabilização da Escritura Definitiva do imóvel de Petrópolis.

- III) Anulação de cobrança do Empréstimo Imobiliário – Os processos discutem a legalidade da cobrança, já que, a maior parte dos mutuários entende não possuir mais qualquer débito em relação ao mesmo.

8.2. PASSIVOS CONTINGENTES - POSSÍVEIS

Os processos com chance de perda possível envolvem questões previdenciais, tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com fundamento nas normas contábeis em vigor, está dispensada a constituição de provi-

são para essas contingências com chance de perda possível.

Demonstrativo da composição consolidada do exigível contingencial:

	2010				2009			
	PCA	PACV	PGA	Total	PCA	PACV	PGA	Total
Programa Previdencial								
Complementação de Aposentadoria	145.234	1.498	-	146.732	131.814	1.468	-	133.282
Restituição de Contribuição	599	27	-	626	515	24	-	539
IRRF sobre Folha Benefício	2.592	234	-	2.826	2.551	230	-	2.781
(-) Depósito Judicial	(17.876)	(427)	-	(18.303)	(17.505)	(389)	-	(17.894)
Total do Programa Previdencial	130.549	1.332	-	131.881	117.375	1.333	-	118.708
Programa Administrativo								
Processo PIS	-	-	677	677	-	-	663	663
Trabalhista	-	-	472	472	-	-	440	440
(-) Depósito Judicial	-	-	(370)	(370)	-	-	(385)	(385)
Total do Programa Administrativo	-	-	779	779	-	-	718	718
Programa de Investimento								
IPTU, ITBI e Outros	1.223	-	-	1.223	1.114	-	-	1.114
Empréstimo	112	4	-	116	92	3	-	95
(-) Depósito Judicial	(124)	-	-	(124)	(14)	-	-	(14)
Total do Programa de Investimento	1.211	4	-	1.215	1.192	3	-	1.195
Total exigível contingencial	131.760	1.336	779	133.875	118.567	1.336	718	120.621

9. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais em 2010 e 2009, segregadas por plano de benefícios previdenciais estão demonstradas abaixo:

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

DESCRIÇÃO	2010	2009
Situação do Plano	Ativo em extinção	Ativo em extinção
Data de Desativação	08/jan/99	08/jan/99
Indexador do Plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa Real Anual de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Crescimento real de salário	2% a.a.	2% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,98	0,98
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,98	0,98
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral (de Válidos)	AT-83 (segregada por sexo)	AT-83 (segregada por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-83 (segregada por sexo)	AT-49 agravada em 6 anos
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Light Forte)	LIGHT (Light Forte)
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método Atuarial	Agregado	Agregado

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

DESCRIÇÃO	2010	2009
Situação do Plano	Ativo em funcionamento	Ativo em funcionamento
Indexador do Plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa Real Anual de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Crescimento real de salário	2% a.a.	2% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,98	0,98
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,98	0,98
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	3% a.a.	3% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral (de Válidos)	AT-83 (segregada por sexo)	AT-83 (segregada por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-83 (segregada por sexo)	AT-49 agravada em 6 anos
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Light Forte)	LIGHT (Light Forte)
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método Atuarial	Agregado / Capitalização Financeira	Agregado / Capitalização Financeira

10. EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

	2010	2009
Resultado do exercício	-64.334	67.225
Reversão / Constituição de fundo previdencial-PCA	50.119	-50.119
Constituição de fundo previdencial - PACV	<u>(1.210)</u>	<u>(957)</u>
Subtotal	-15.425	16.149
Reversão superávit / déficit técnico exercício anterior	<u>(16.149)</u>	<u>68.737</u>
Déficit / Superávit do técnico do exercício	<u>(31.574)</u>	<u>84.886</u>

O déficit técnico apurado em 31 de dezembro de 2010, se deve, principalmente, à rentabilidade obtida pelos investimentos dos recursos garantidores dos benefícios terem sido inferior à meta atuarial registrada do mesmo período, tendo como justificativa a influência do cenário macroeconômico internacional, com reflexos na Bolsa de Valores (IBOVESPA de 1,04%) acrescido do descompasso do indicador da taxa de inflação (INPC de 6,47%), inclusive superior à taxa de juros atuarial (6%).

Como previsto em cláusula específica de revisão atuarial e em conformidade com o Artigo 4º da Instrução SPC nº 28, de 30 de dezembro de 2008, o déficit técnico registrado em

31 de dezembro de 2010, relativamente ao PCA, no montante de R\$ 28.082, será incorporado em 01 de abril de 2011 ao valor do contrato já firmado entre a AMPLA e a Fundação, após aprovação do balanço pelo Conselho Deliberativo.

Com relação ao PACV, considerando que o déficit apurado de R\$ 3.492 teve sua origem na conjuntura econômica global, que os ativos disponíveis são significativamente superiores aos compromissos do Plano esperados para o exercício de 2011 e que as insuficiências apuradas são inferiores a 10% do exigível atuarial, de modo que o plano se mantém superavitário.

11. FUNDOS

	2010	2009
PREVIDENCIAIS		
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	-	50.119
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	<u>2.168</u>	<u>957</u>
	2.168	51.076
ADMINISTRATIVO		
Fundo do Programa Administrativo	-	4.658
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	3.178	-
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	<u>1.599</u>	<u>-</u>
	4.777	4.658
INVESTIMENTOS		
Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	56	70
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	<u>1</u>	<u>5</u>
	57	75
Total dos Fundos	<u>7.002</u>	<u>55.809</u>

O Fundo Previdencial do PCA no valor de R\$ 50.119, foi revertido no ano de 2010, conforme previsto em cláusula específica de revisão atuarial e em conformidade com o Art. 4º da Instrução SPC nº.28, de 30 de dezembro de 2008, sendo deduzido em 01 de abril de 2010 do saldo do contrato já firmado entre a AMPLA e a Fundação.

O Fundo Previdencial do PACV no valor de R\$ 2.168, registrado em 31 de dezembro de 2010, foi calculado e atualizado com recursos a partir de 01 de janeiro de 2009, da parcela do saldo de conta do Participante constituída pelas contribuições da patrocinadora, as quais os participantes não tiveram direito por terem

se desligado do plano antes de atingirem a elegibilidade ao benefício.

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença entre as receitas e despesas administrativas e pela existência de saldo no ativo permanente. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano e destina-se a cobertura de insuficiências no custeio administrativo.

O Fundo de Investimentos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes, na eventualidade do seu falecimento, e para garantir quitação de resíduos porventura existentes após o prazo contratual dos financiamentos.

12. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das demonstrações contábeis e balançetes são registrados em documentos auxiliares conforme Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, anexo A em vigor desde

1º de janeiro de 2010.

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos a consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2010.

DESCRIÇÃO	2010
A receber do PCA e PACV	-434
A receber do PGA	-1.039
Fundo Administrativo no PCA e PACV	-4.777
A pagar do PCA e PACV	320
A pagar do PGA	1.153
Fundo Administrativo no PCA e PACV	<u>4.777</u>
Ajustes e eliminações na consolidação	=

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1991, a ABRAPP, representando suas associadas, ingressou com ação judicial na Justiça Federal do Rio de Janeiro em face da União Federal, BNDES e do FND, pleiteando o refazimento dos cálculos feitos pelos réus com a atualização do valor das OFND's e respectivos rendimentos.

O processo atualmente se encontra em fase de execução, e os valores que retornarem para a Fundação, após o encerramento da execução, estimados em aproximadamente R\$ 38.000, conforme laudo técnico encomendado pela ABRAPP, serão revertidos para o plano PCA.

LUÍS CARLOS SILVA MIRANDA

Diretor Presidente

CPF: 306.609.987-34

VITELMO FERREIRA

Diretor de Investimentos, Administração e Finanças

CPF: 025.114.527-15

DILMA NASCIMENTO

Diretora de Segurança

CPF: 388.003.657-87

ANDRÉA DE SOUZA BARRETO

Contadora - CRC-RJ 095.267/O-8

CPF: 095.108.274-71

Parecer Atuarial

RESUMO DO PARECER ATUARIAL DO PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA) mantido pela Fundação AMPLA de Seguridade Social -

BRASILETROS, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à patrocinadora AMPLA Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2010.

2. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

"Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CGPC nº 28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº 34 de 24/09/2009, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Administrativo e de Investimentos fornecidos pela BRASILETROS."

2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 593.003.602,64
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	R\$ 589.770.856,96
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 617.852.667,95
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 611.647.920,93
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	R\$ 611.647.920,93
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	R\$ 539.671.916,54
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	R\$ 71.976.004,39
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 6.204.747,02
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	R\$ 6.197.130,16
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	R\$ 6.201.389,26
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	R\$ 4.259,10
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	R\$ 7.616,86
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	R\$ 7.624,24
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	R\$ 7,38
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.04.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.05.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	R\$ 0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(R\$ 28.081.810,99)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(R\$ 28.081.810,99)
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 28.081.810,99
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	R\$ 0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	R\$ 3.232.745,68
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	R\$ 0,00
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	R\$ 0,00
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	R\$ 0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	R\$ 0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 3.177.749,47
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	R\$ 54.996,21
2.4.0.0.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	R\$ 0,00

Ressaltamos o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes à pensão por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA) vigente em

31/12/2010, e cujas principais características estão descritas no item Características do Plano do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA).

(2) Os dados individuais dos participantes e beneficiários do Plano, com data-base em 31/07/2010, fornecidos pela BRASILETROS à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial, sendo que algumas das características da população avaliada encontram-se no item Informações Gerais do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a BRASILETROS a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela BRASILETROS à Mercer, bem como os valores dos Fundos Administrativo e de Investimentos.

A reversão do resultado superavitário registrado em 31/12/2009, conforme registrado no

DRAA de 31/12/2009, se deve a incorporação em 01/04/2010 do Fundo Previdencial, no montante de R\$ 50.118.712,80, ao valor do contrato já firmado entre a AMPLA e a Fundação.

O Déficit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2010, no valor de R\$ 28.081.810,99, se deve, principalmente, à rentabilidade obtida pelos investimentos dos recursos garantidores dos benefícios ter sido inferior à meta atuarial

registrada no mesmo período, tendo como justificativa a influência do cenário macroeconômico internacional, com reflexos na Bolsa de Valores (IBOVESPA de 1.04%), acrescido do descompasso do indicador da taxa de inflação (INPC de 6,47%), inclusive superior à taxa de juros atuarial (6%). Este valor será incorporado em 01/04/2011 ao valor do contrato já firmado entre a Ampla e a Fundação, após aprovação do balanço pelo Conselho Deliberativo.

3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Taxa real de juros ⁽¹⁾	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾⁽²⁾	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-83, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽³⁾	(3)

Observações:

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela patrocinadora, levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

(3) Considera que a idade de aposentadoria corresponde à primeira idade a partir da qual

o participante se torna elegível a um benefício integral pelo plano.

O método atuarial adotado para a avaliação de todos os benefícios do plano foi o Agregado.

A tábua de mortalidade de inválidos foi alterada da tábua AT-49 (segregada por sexo e agravada ao longo das idades em 6 anos) para a tábua AT-83, segregada por sexo.

Informamos que, com exceção da hipótese descrita anteriormente, não ocorreram alterações nas demais hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada para o encerramento do exercício de 2009.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudo específico realizado em 2010, que tomou como base a população existente

nos Planos administrados pela BRASILETROS e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2006 do CGPC, encontra-se arquivado na Fundação.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Complementação de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

A patrocinadora efetuará, a título de contribuição normal, o valor correspondente a 3,10% da folha de salários.

Além da contribuição normal, a patrocinadora efetuará 13 contribuições mensais de R\$ 132.003,00 durante o ano de 2011, para custeio das despesas administrativas. Este valor foi calculado com base no orçamento anual de R\$ 1.716.069,00 feito pela Brasiletros.

Os recursos acumulados no Fundo Administrativo poderão ser utilizados para custeio das despesas administrativas do exercício de 2011.

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições com base em percentuais cumulativos em função de faixas do salário, conforme descrito na tabela a seguir:

FAIXA DO SALÁRIO ⁽¹⁾	PERCENTUAL APLICÁVEL
Até TETO / 2	1,75%
De TETO / 2 até TETO	4,50%
De TETO até 3 x TETO	7,50%
Acima 3 x TETO	10,00%

⁽¹⁾ Teto corresponde ao teto do Salário de Contribuição para a Previdência Social

Além dessas contribuições, os Participantes Ativos deverão verter contribuições no percentual de 1,10% sobre seus salários de contribuição para a cobertura de 50% do aumento nos valores dos benefícios da Entidade em decorrência do disposto na Lei nº 9.876, de 29/11/1999, que altera as regras de cálculo do benefício concedido pela Previdência Oficial, instituindo o fator previdenciário.

Observamos que o valor apresentado no campo 63 do DRAA se refere ao percentual médio apurado a partir da população de Participantes Ativos do plano na data-base da avaliação.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos deverão efetuar contribuições com base em percentuais cumulativos em função de faixas do benefício, conforme descrito na tabela a seguir:

FAIXA DO SALÁRIO ⁽¹⁾	PERCENTUAL APLICÁVEL
Até TETO / 2	1,75%
De TETO / 2 até TETO	4,50%
De TETO até 3 x TETO	7,50%
Acima 3 x TETO	10,00%

⁽¹⁾ Teto corresponde ao teto do Salário de Contribuição para a Previdência Social

Observamos que o valor apresentado no campo 65 do DRAA se refere ao percentual médio apurado a partir da população de Participantes Assistidos do plano na data-base da avaliação.

Participantes Autopatrocিনados

Certificamos que os Participantes Autopatrocিনados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições normais que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seu benefício, acrescidas de contribuição extra mensal para cus-

teio administrativo no valor de R\$ 61,03.

Participantes Vinculados

No Regulamento do Plano não há previsão de contribuição de Participantes Vinculados.

De acordo com Artigo A.8.2 do Regulamento do Plano, demonstramos a seguir a relação entre as contribuições previstas para os Participantes e para a Patrocinadora à BRASILETROS.

CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES PROJETADAS PARA 2011	
Ativos	R\$ 42.225,44
Assistidos	R\$ 1.716.039,00
Total	R\$ 1.758.264,44

CONTRIBUIÇÕES DA PATROCINADORA PROJETADAS PARA 2011	
Patrocinadora	R\$ 42.225,44
Despesas Administrativas (*)	R\$ 1.716.039,00
Total	R\$ 1.758.264,44

(*) Orçamento de acordo com o PGA elaborado pela Fundação.

Considerando que não há diferença entre os valores projetados, recomendamos um monitoramento permanente das contribuições reais, de forma que a paridade seja observada no acumulado do exercício.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011.

5. LIMITE LEGAL PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Ressaltamos que, em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, em particular aquelas que são vinculadas à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da Fundação deverá estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa (PGA), observado o custeio pela Patrocinadora, Participantes e Assistidos, entre os seguintes critérios:

- 1% (um por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir; ou
- 9% (nove por cento) incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos Planos no exercício a que se referir.

Ressaltamos que o valor orçado pela Fundação para 2011 para a cobertura das Despesas Administrativas, no montante de R\$ 1.716.039,00, está em conformidade com os dois critérios descritos acima.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certificamos que, admitida a revisão do contrato firmado entre a Patrocinadora e a Fundação, a ser consolidada em 01/04/2011, o Plano PCA da Brasiletros está equilibrado,

dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio e da realização das hipóteses atuariais para manter este equilíbrio.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Maria Cláudia Xavier Fernandes MIBA nº 509

RESUMO DO PARECER ATUARIAL DO PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV) mantido pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - BRASILETROS, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano

em 31/12/2010 referente à patrocinadora AMPLA Energia e Serviços S.A., à própria BRASILETROS e à patrocinadora Endesa Brasil, que respondem solidariamente pelas obrigações assumidas em relação ao Plano.

2. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

"Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CGPC nº 28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº 34 de 24/09/2009, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Administrativo, Investimentos e Previdencial fornecidos pela BRASILETROS."

2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 227.628.241,52
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	R\$ 223.859.156,30
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 211.202.408,09
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 110.088.017,41
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 1.967.955,72
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	R\$ 1.967.955,72
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	R\$ 108.120.061,69
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	R\$ 98.234.797,28
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	R\$ 9.885.264,41
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONDEDER	R\$ 101.114.390,68
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 99.985.438,60
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	R\$ 51.572.486,50
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	R\$ 48.412.952,10
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	R\$ 1.128.952,08
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	R\$ 1.869.230,01
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	R\$ 740.277,93
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.04.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.05.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	R\$ 0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	R\$ 12.656.748,21
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	R\$ 12.656.748,21
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 12.656.748,21
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 12.656.748,21
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	R\$ 0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	R\$ 0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	R\$ 3.769.085,22
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	R\$ 2.167.940,44
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	R\$ 2.167.940,44
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	R\$ 0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	R\$ 0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 1.599.705,71
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	R\$ 1.439,07
2.4.0.0.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	R\$ 0,00

Ressaltamos o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes à pensão por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV) vigente em 31/12/2010, e cujas principais características estão descritas no item Características do Plano do Demonstrativo dos Resultados da

Avaliação Atuarial.

(2) Os dados individuais dos participantes e beneficiários do Plano, com data-base em 31/07/2010, fornecidos pela BRASILETROS à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial, sendo que algumas das características da população avaliada encontram-se no item Informações Gerais do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a BRASILETROS a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela BRASILETROS à Mercer, bem como o valor do Fundo de Investimentos, do Fundo Previdencial e do Fundo Administrativo.

O Fundo Previdencial do PACV foi constituído a partir de 01/01/2009 com recursos da parcela do saldo de conta do Participante formada pelas contribuições da Patrocinadora, as quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado do Plano antes de atingirem a elegibilidade ao benefício.

3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Taxa real de juros ⁽¹⁾	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-83, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁴⁾	(4)

Observações:

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela patrocinadora, levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

(3) A rotatividade é utilizada apenas para avaliação dos benefícios de invalidez e pensão por morte.

(4) Considera que a idade de aposentadoria corresponde à primeira idade a partir da qual o participante se torna elegível a um benefício integral pelo plano.

O método atuarial adotado para a avaliação de todos os benefícios do Plano, com exceção da parcela dos benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo referente à Conta Projetada que foram avaliados pelo método Agregado, foi o de Capitalização Financeira.

A tábua de mortalidade de inválidos foi alterada da tábua AT-49 (segregada por sexo e agravada ao longo das idades em 6 anos) para

a tábua AT-83, segregada por sexo.

Informamos que, com exceção da hipótese descrita anteriormente, não ocorreram alterações nas demais hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada para o encerramento do exercício de 2009.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudo específico realizado em 2010, que tomou como base a população existente nos Planos administrados pela BRASILETROS e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2006 do CGPC, encontra-se arquivado na Fundação.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As patrocinadoras deverão efetuar contribuições na forma prevista no Capítulo B.5 do regulamento do Plano. Estas contribuições equivalem à taxa média estimada em 5,83% da folha de salário de participação dos Participantes Ativos na data base dos dados, distribuídos da seguinte forma:

Contribuição Normal	4,07%
Contribuição Especial para cobertura do Saldo Projetado dos benefícios de Invalidez e Morte	0,13%
	4,20%

Além das contribuições acima, a patrocinadora efetuará ainda contribuições mensais, durante o ano de 2011, para custeio das despesas administrativas, equivalentes a, aproximadamente, 1,63% da folha salarial mensal dos Participantes Ativos.

Os recursos acumulados no Fundo Administrativo poderão ser utilizados para custeio das despesas administrativas do exercício de 2011.

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições conforme descrito no item B.5 do Regulamento. A partir da população ativa na data base dos dados, a contribuição básica corresponde, em média, a 4,50% da folha de salários.

Participantes Autopatrocínados

Os Participantes Autopatrocínados deverão efetuar as contribuições na forma prevista no Capítulo B.5 do regulamento do Plano, acrescidas da taxa de administração, equivalente a 1,63% do salário.

Participantes Vinculados

Os Participantes Vinculados, a critério da Fundação, efetuarão contribuição para cobertura das despesas administrativas, conforme previsto no item B.2.6 do Regulamento do Plano.

Participantes Assistidos

De acordo com o Regulamento do Plano não há previsão de contribuição normal de Participantes Assistidos.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011.

5. LIMITE LEGAL PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Ressaltamos que em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, em particular aquelas que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da Fundação deverá estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa (PGA), observado o custeio pela Patrocinadora, Participantes e Assistidos, entre os seguintes critérios:

- 1% (um por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir; ou
- 9% (nove por cento) incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos Planos no exercício a que se referir.

Ressaltamos que o valor orçado pela Fundação para 2011 para a cobertura das Despesas Administrativas está em conformidade com os dois critérios descritos acima.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certificamos que o Plano PACV da Brasiletros encontra-se em situação de desequilíbrio positivo (superavitário), dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio e da realização das hipóteses

atuariais para manter esta situação. Certificamos, ainda, que o resultado positivo acumulado pelo Plano, conforme previsto na legislação foi destinado à constituição da reserva de contingência.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Maria Cláudia Xavier Fernandes MIBA nº 509

Pareceres

Deliberação do Conselho Fiscal

Em 13 de abril de 2011.

APROVA O ORÇAMENTO GERAL REALIZADO E O BALANÇO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2010.

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS, fazendo uso da competência que lhe confere as alíneas "a" e "c" do artigo 38, do Estatuto:

CONSIDERANDO as peças do Orçamento Geral realizado no exercício de 2010, que compreende: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos;

CONSIDERANDO, o Parecer Atuarial inserido no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), de 25 de fevereiro de 2011, devidamente aprovados pelos representantes legais da Entidade e das Patrocinadoras, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda, aprovados pela Diretoria Executiva da Fundação em reunião no dia 25 de março de 2011;

CONSIDERANDO as Demonstrações Contábeis, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (adequadas de acordo com novo padrão de plano de contas para fins de comparabilidade), compostas de Balanços Patrimoniais Consolidados, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido – Consolidadas – DMAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada – DPGA, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefício – DAL, Demonstrações das Obrigações Atuariais por Plano de Benefício – DOAP e respectivas Notas Explicativas, Orçamento Realizado do Exercício de 2010 e DRAA/Parecer Atuarial;

CONSIDERANDO, ainda, o Parecer favorável da Auditoria Externa Canarim Auditores Associados, de 18 de março de 2011.

CONSIDERANDO cumprimento das metas determinadas nos indicadores de gestão para o orçamento de 2010, bem como, o limite para cobertura das despesas administrativas denominada "Taxa de Administração" (até 1% dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas), bem como, as fontes de custeio elencadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, para o exercício de 2011.

DELIBERAÇÃO:

O Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame e consubstanciado pelo Parecer dos Atuários, aprovar, sem restrições, o Orçamento Geral realizado, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas de encerramento do exercício financeiro de 2010 e DRAA/ Parecer Atuarial, e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria da Fundação.

Aprovar o limite para cobertura das despesas administrativas denominada "Taxa de Administração" (até 1% dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas), bem como, as fontes de custeio elencadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, para o exercício de 2011.

David Augusto de Abreu
Presidente

Heverdan Machado Barcellos
Conselheiro

Humberto Baptista da Rocha
Conselheiro

Deliberação do Conselho Deliberativo

Em 15 de abril de 2011.

APROVA O ORÇAMENTO GERAL REALIZADO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009 (ADEQUADAS DE ACORDO COM NOVO PADRÃO DE PLANO DE CONTAS PARA FINS DE COMPARABILIDADE).

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS, fazendo uso da competência que lhe confere os itens I e V do artigo 18, do Estatuto:

CONSIDERANDO as peças do Orçamento Geral realizado no exercício de 2010, que compreende: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos;

CONSIDERANDO o cumprimento das metas determinadas nos indicadores de gestão para o orçamento de 2010, bem como, o limite para cobertura das despesas administrativas denominada "Taxa de Administração" (até 1% dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas), e as fontes de custeio elencadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, para o exercício de 2011.

CONSIDERANDO o Parecer Atuarial inserto no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), de 25 de fevereiro de 2011, devidamente aprovados pelos representantes legais da Entidade e das Patrocinadoras, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda, aprovados pela Diretoria Executiva da Fundação em reunião no dia 25 de março de 2011;

CONSIDERANDO Demonstrações Contábeis, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (adequadas de acordo com novo padrão de plano de contas para fins de comparabilidade), compostas de Balanços Patrimoniais Consolidados, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido – Consolidadas – DMAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada – DPGA, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefício – DAL, Demonstrações das Obrigações Atuariais por Plano de Benefícios – DOAP e respectivas Notas Explicativas, Orçamento Realizado do Exercício de 2010 e DRAA/Parecer Atuarial;

CONSIDERANDO, ainda, o Parecer favorável da Auditoria Externa Canarim Auditores Associados, de 18 de março de 2011.

DELIBERAÇÃO:

O Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame aprovar, sem restrições e substanciado pelo Parecer dos Atuários, o Orçamento Geral realizado, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas e DRAA/Parecer Atuarial, e, em decorrência, considerando

o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e aprovação do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria da Fundação.

Aprovar o limite para cobertura das despesas administrativas denominada "Taxa de Administração" (até 1% dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas), bem como, as fontes de custeio elencadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, para o exercício de 2011.

Aprovar a incorporação do déficit técnico acumulado apurado em 31/12/2010, no valor de R\$ 28.081.810,99 (vinte e oito milhões, oitenta e um mil, oitocentos e dez reais e noventa e nove centavos) a partir de 01/04/2010 ao valor do Contrato de Refinanciamento do Compromisso da Reserva a Amortizar do Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA, já firmado entre a Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. e a Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasileiros.

Luís Carlos Silva Miranda
Presidente

Vitelmo Ferreira
Conselheiro

Dilma Nascimento
Conselheira

Luciana Vêras Santos Moreira
Conselheira

Waldemir Oliveira Nunes
Conselheiro

Geraldo Ricardo de Oliveira Raed
Conselheiro

Nerildo Carvalho
Conselheiro

Augusto Cesar Nogueira de Oliveira Costa
Conselheiro

Raimundo Câmara Filho
Conselheiro

Acompanhamento da Política de Investimentos

Relatório Resumo de Políticas de Investimento - PACV

Entidade: 2169-BRASILETROS

Plano de Benefícios: 1999000374-PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Exercício: 2011

Data de Geração: 04/01/2011 15:24:33

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 01/2011 A 12/2011				
PARTICIPAÇÃO	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
70,00%	RENDA FIXA	100,00%	DI-CETIP	0,00%
30,00%	RENDA FIXA	100,00%	IMA-B	0,00%
100,00%	RENDA VARIÁVEL	100,00%	IBRX50	0,00%
100,00%	INVESTIMENTOS	100,00%	INPC	6,00%
100,00%	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	100,00%	INPC	6,00%
100,00%	IMÓVEIS	100,00%	INPC	6,00%
100,00%	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	100,00%	INPC	6,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: 119; 120

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 22/12/2010

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO			
SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
RENDA FIXA	VITELMO FERREIRA	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	VITELMO FERREIRA	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças
RENDA VARIÁVEL	VITELMO FERREIRA	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças
IMÓVEIS	VITELMO FERREIRA	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	VITELMO FERREIRA	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	VITELMO FERREIRA	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado
Risco Operacional

Risco de Liquidez
Outros

Risco Legal

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2011 A 12/2011			
SEGMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENDA FIXA	55,00%	100,00%	66,56%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	40,00%	24,03%
IMÓVEIS	0,00%	3,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	10,00%	3,50%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	5,91%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2011 A 12/2011
Utiliza Derivativos? Sim

OBSERVAÇÕES
ALOCAÇÃO DOS RECURSOS EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - Sujeito a aprovação da Patrocinadora em época própria.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento - PCA

Entidade: 2169-BRASILETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: 1972000111 - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Exercício: 2011

Data de Geração: 04/01/2011 15:23:58

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
01/2011 a 12/2011	INPC	6,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: 119; 120

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 22/12/2010

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO			
SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
PLANO	VITELMO FERREIRA	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado
Risco Operacional

Risco de Liquidez
Outros

Risco Legal

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2011 A 12/2011			
SEGMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENDA FIXA	50,00%	100,00%	72,12%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	30,00%	15,77%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	6,53%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	10,00%	2,50%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	15,00%	3,08%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2011 A 12/2011
Utiliza Derivativos? Sim

OBSERVAÇÕES
ALOCÇÃO DOS RECURSOS EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - Sujeito a aprovação da Patrocinadora em época própria.

Relatório Resumo de Políticas de Investimento - PGA

Entidade: 2169-BRASILETROS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exercício: 2011

Data de Geração: 04/01/2011 14:28:03

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 01/2011 A 12/2011				
PARTICIPAÇÃO	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
100,00%	RENDA FIXA	100,00%	DI-CETIP	0,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: 119; 120

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 22/12/2010

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO			
SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
RENDA FIXA	VITELMO FERREIRA	025.114.527-15	Diretor de Investimentos, Administração e Finanças

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2011 A 12/2011			
SEGMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENDA FIXA	100,00%	100,00%	100,00%

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2011 A 12/2011
Utiliza Derivativos? Sim

OBSERVAÇÕES
Categoria de despesa Limite Custo Adm Total em relação aos recursos garantidores 0,65% Custo Adm Total em relação às contrib previdenciais normais, contrib adm e , folha de benefícios dos planos 7,34% Custo Adm de Invest em relação aos recursos garantidores 0,25% Custo Adm Previd em relação ao nº de participantes R\$ 74,32 Variação Orçamentária (por conta do DPGA) 10%

Demonstrativo Analítico de Investimentos

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS PCA E PACV - 2010 E 2009

DESCRIÇÃO	PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA				PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV			
	2010	%	2009	%	2010	%	2009	%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	559.014.960,95	100,00	543.932.388,94	100,00	226.912.032,53	100,00	212.732.845,65	100,00
Disponível	44.330,51	0,01	61.507,00	0,01	41.497,33	0,02	49.047,66	0,02
SEGMENTO DE RENDA FIXA	407.088.125,04	72,82	394.744.320,92	72,57	176.553.386,21	77,81	174.519.927,21	82,04
Renda Fixa								
- HSBC Asset Management	188.815.123,48	33,78	148.340.068,15	27,27	-	-	-	-
- BTG Pactual	-	-	-	-	2.160.662,82	0,95	423.501,56	0,20
Multimercado								
- HSBC Asset Management	49.181.842,05	8,80	51.917.894,44	9,54	-	-	-	-
- Banco BNP Paribas Asset Management	-	-	-	-	106.109.176,36	46,76	94.588.039,57	44,46
- Banco Alfa de Investimentos	46.917.812,30	8,39	49.746.677,16	9,15	-	-	-	-
- Banco Bradesco S.A.	50.759.662,15	9,08	61.415.121,85	11,29	-	-	-	-
- Santander Brasil S.A - CCVM	-	-	-	-	64.135.899,15	28,26	71.841.332,86	33,77
- Banco Votorantim	66.337.150,38	11,87	83.324.559,32	15,32	-	-	-	-
- SulAmerica	-	-	-	-	4.147.647,88	1,83	7.667.053,22	3,60
- Banco Itaucard S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos Creditórios								
- Caixa Econômica Federal	5.076.534,68	0,91	-	-	-	-	-	-
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	107.723.041,26	19,27	107.158.744,27	19,70	43.438.872,52	19,14	38.162.409,44	17,94
Mercado de Ações								
- Cia de Eletricidade do RJ	12,60	0,00	12,78	0,00	-	-	-	-
- Ampla	0,87	0,00	0,90	0,00	-	-	-	-
Fundos de Ações								
- Banco Bradesco S.A.	29.863.673,00	5,34	29.565.973,64	5,44	1.706.223,00	0,75	-	-
- Santander Brasil S.A - CCVM	50.812.947,69	9,09	50.313.471,40	9,25	37.376.212,60	16,47	36.967.739,51	17,38
- HSBC Asset Management	24.847.716,92	4,44	25.234.099,05	4,64	1.694.102,03	0,75	-	-
- Intrag DTVM S.A.	1.198.911,34	0,21	1.191.255,56	0,22	-	-	-	-
- Banco Votorantim	-	-	-	-	1.753.183,85	0,77	1.194.669,93	0,56
- BEM DTVM Ltda.	322.699,26	0,06	293.035,00	0,05	-	-	-	-
- Banco Itaucard S.A.	361.178,16	0,06	288.536,72	0,05	-	-	-	-
- Banco Fator S.A.	315.901,42	0,06	272.359,22	0,05	-	-	-	-
- Banco BNP Paribas Asset Management	-	-	-	-	639.852,54	0,28	-	-
- Banco Credit Suisse	-	-	-	-	269.298,50	0,12	-	-
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2.803.535,40	0,50	-	-	6.880.730,40	3,03	-	-
Multimercado								
- SulAmerica	-	-	-	-	4.629.258,16	2,04	-	-
- Banco Itaucard S.A.	261.960,91	0,05	-	-	-	-	-	-
- Intrag DTVM S.A.	265.728,43	0,05	-	-	-	-	-	-
- BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	-	-	-	-	259.089,13	0,11	-	-
Participações								
- Rio Bravo	2.275.846,06	0,41	-	-	1.484.247,43	0,65	-	-
Fundo Imobiliário								
- Citibank DTVM S.A.	-	-	-	-	508.135,68	0,22	-	-
SEGMENTO DE IMÓVEIS	42.512.518,73	7,60	43.089.344,74	7,92	-	-	-	-
Edificações Locadas a(s) Patrocinadoras-								
- Avenida Paulo Leitão, 695 - Magé - RJ	2.496.000,00	0,45	2.538.000,00	0,47	-	-	-	-
- Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 - Niterói - RJ	32.029.406,06	5,73	32.744.283,99	6,02	-	-	-	-
- Rua Aureliano Coutinho, 81 - Petrópolis - RJ	789.794,13	0,14	797.906,43	0,15	-	-	-	-
Edificações para Renda -								
- Rua Aureliano Coutinho, 81 - Petrópolis - RJ	3.476.468,37	0,62	3.512.176,54	0,65	-	-	-	-
- Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 - Niterói - RJ	3.714.774,28	0,66	3.445.967,59	0,63	-	-	-	-
- Valores a Receber -	6.143,39	0,00	51.010,19	0,01	-	-	-	-
- Valores a Pagar -	67,50	0,00	-	-	-	-	-	-
SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	54.898,38	0,01	69.900,51	0,01	1.439,07	0,00	4.892,55	0,00
Financiamentos imobiliários	54.996,21	0,01	69.998,34	0,01	1.439,07	0,00	4.892,55	0,00
- Valores a Pagar -	97,83	0,00	97,83	0,00	-	-	-	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL / INVESTIMENTOS (-)	1.211.488,37	(0,22)	1.191.428,50	(0,22)	3.893,00	(0,00)	3.431,21	(0,00)

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - 2010 E 2009

DESCRIÇÃO	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA			
	2010	%	2009	%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	4.854.055,54	100,00	5.150.630,66	100,00
Disponível	56.662,40	1,17	38.545,45	0,75
SEGMENTO DE RENDA FIXA	4.797.393,14	98,83	5.112.085,21	99,25
Renda Fixa				
- Banco Itaucard S.A.	4.797.393,14	98,83	5.112.085,21	99,25

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS POR ATIVO - DEZEMBRO/2010

DESCRIÇÃO	PCA	PACV	PGA	CONSOLIDADO
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL				
- Letras Financeiras do Tesouro	18.865.437,80	10.268.689,87		29.134.127,67
- Letras do Tesouro Nacional	32.209.853,35	51.801.176,72		84.011.030,07
- Notas do Tesouro Nacional	263.300.048,51	47.291.103,12		310.591.151,63
- Títulos de responsabilidade do Banco Central	-			-
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
- Certificado e Recibo de Depósitos Bancários	39.742.422,21	23.981.087,07		63.723.509,28
- Fundos de Aplic. Quotas de Fundos de Investimento	17.067.354,23	20.477.760,97	4.797.393,14	42.342.508,34
- Swap/Opções/Opções de Futuros		(7.767,02)		(7.767,02)
TÍTULOS DE EMPRESAS				
- Debêntures	25.945.679,07	25.720.085,70		51.665.764,77
- Certificado de Compra/Venda a Termo	10.970.240,66	831.975,60		11.802.216,26
- Nota		2.146.517,12		2.146.517,12
- DPGE	1.660.079,70	955.316,88		2.615.396,58
- Letra Financeira	2.925.540,20	3.917.589,64		6.843.129,84
- Ações	104.424.027,41	39.421.983,26		143.846.010,67
Outros	504.018,56	67.470,20		571.488,76
Sub - Total	517.614.701,70	226.872.989,13	4.797.393,140	749.285.083,97
Investimentos Imobiliários	42.512.586,23			42.512.586,23
Operações com Participantes	54.996,21	1.439,07		56.435,28
Total	560.182.284,14	226.874.428,20	4.797.393,14	791.854.105,48

RENTABILIDADE NOMINAL PELA TIR

RENTABILIDADE NOMINAL DOS INVESTIMENTOS PELO CRITÉRIO DA TIR X BENCHMARKS :2010 - VALOR EM RISCO (VAR) - DEZ/2010

SEGMENTOS	RENTABILIDADE %	CDI - %	70% CDI + 30% IMA-B	IBX-50 - %	META ATUARIAL	VAR EM R\$	VAR EM %
- Renda Fixa	12,10	9,74	12,11			1.634.452,619	0,275
- Renda Variável	1,01			0,75		7.422.767,717	4,801
- Investimentos Estruturados	6,09						
- Investimentos Imobiliários	8,92						
- Financiamento Imobiliário a Participantes	0						
- Meta Atuarial					12,82		
- Consolidado	10,29					8.428.703,434	1,125

COMENTÁRIO 1:

As aplicações de Renda Fixa ficaram acima do CDI em 2,41%, superando o benchmark (70%CDI+30%IMA-B) em 0,04%.

As aplicações em Renda Variável superaram o benchmark (IBX-50) em 0,26%.

A rubrica de Contribuições Contratadas com a Patrocinadora Ampla auferiu rentabilidade de 12,43%.

COMENTÁRIO 2:

Segmento de Renda Fixa: para obtenção do prêmio desejado, o risco máximo admitido está associado ao valor em risco

- VaR* (confiabilidade de 95%). Prazo:

21 dias úteis. Valor em risco: 20% do CDI
Segmento de Renda Variável: para obtenção do prêmio desejado, espera-se um nível de risco ativo médio (Tracking Error**) por volta de 5% a.a. Será controlado o risco ativo dos investimentos em renda variável, apurando o desvio-padrão das diferenças entre as rentabilidades diárias das carteiras e do benchmark a elas atribuído.

Notas:

*VaR – Adotou-se a metodologia do cálculo do risco pelo conceito do "VALUEAT-RISK (VaR)", que de maneira bem simples, é uma medida monetária que indica a perda máxima em uma carteira para um dado período de tempo (por exemplo, um dia), com um dado grau de confiança (por exemplo, 95%). Se dissermos que a nossa carteira de ações possui um VaR de R\$ X, em um dia e para um intervalo de confiança de 95%, isto equivale dizermos que há 5% de probabilidade de nossa carteira perder mais de R\$ X em um dia. Ou podemos dizer que em 1 a cada 21 dias úteis iremos perder mais do que R\$ X.

**Tracking Error (Risco Ativo) – É o desvio padrão dos retornos ativos. Fornece a oscilação dos retornos da carteira em relação ao Benchmark (índice que se deseja). Retornos ativos são os retornos obtidos acima ou abaixo do Benchmark definido. Por exemplo, uma carteira obteve X% de retorno e o Benchmark obteve Y% de retorno no mesmo período. O retorno ativo é a diferença do retorno da carteira e o retorno do Benchmark, ou seja (X-Y)%.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS SEGUNDO GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA EM DEZEMBRO/2010

DESCRIÇÃO	PCA		PACV		PGA		CONSOLIDADO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Gestão Própria	42.567.595,91	7,60	1.439,07	0,00	-	-	42.569.034,98	5,38
Renda Variável	13,47	0,00		-		-	13,47	0,00
Investimentos Imobiliários	42.512.586,23	7,59		-		-	42.512.586,23	5,37
Financ.Imobiliário a Participantes	54.996,21	0,01	1.439,07	0,00		-	56.435,28	0,01
Gestão Terceirizada:	517.614.688,23	92,40	226.872.989,13	100,00	4.797.393,14	100,00	749.285.070,50	94,62
Renda Fixa	407.088.125,02	72,67	176.553.386,20	77,82	4.797.393,14	100,00	588.438.904,36	74,31
Renda Variável	107.723.027,79	19,23	43.438.872,52	19,15		-	151.161.900,31	19,09
Investimentos Estruturados	2.803.535,42	0,50	6.880.730,41	3,03		-	9.684.265,83	1,22
Total dos Investimentos	560.182.284,14	100,00	226.874.428,20	100,00	4.797.393,14	100,00	791.854.105,48	100,00

DESEMBOLSO COM A ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA

CUSTOS 2010

SEGMENTOS	ADMINISTRAÇÃO	CUSTÓDIA	CORRETAGENS	PERFORMANCE	OUTROS	TOTAL
Renda Fixa	776.511,68	249.114,17	70.024,70	0,00	309.990,46	1.405.641,01
PCA	469.410,93	175.653,86	45.498,27	0,00	225.783,24	916.346,30
PACV	307.100,75	73.460,31	24.526,43	0,00	84.207,22	489.294,71
Renda Variável	387.712,18	61.022,48	252.625,85	0,00	94.190,54	795.551,05
PCA	286.556,78	45.285,87	179.880,98	0,00	71.297,01	583.020,64
PACV	101.155,40	15.736,61	72.744,87	0,00	22.893,53	212.530,41
Total	1.164.223,86	310.136,65	322.650,55	0,00	404.181,00	2.201.192,06
PCA	755.967,71	220.939,73	225.379,25	0,00	297.080,25	1.499.366,94
PACV	408.256,15	89.196,92	97.271,30	0,00	107.100,75	701.825,12

Custódia, Controladoria, Consolidação e Enquadramento On-line: HSBC

Gerenciamento de Risco: RISK OFFICE

Empresa responsável pela auditoria contábil e para avaliação da pertinência e aprimoramento técnicos, operacionais e de controle com relação aos investimentos e atividades da entidade: Canarim Auditores Associados.

Atuário Oficial: Mercer Human Resource Consulting

Responsável pela aplicação dos recursos da Fundação: Administ. Estatutário Tecnicamente Qualificado, conforme § 5º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001: Vitelmo Ferreira. Diretor de Investimentos, Administrativo e Finanças: Vitelmo Ferreira • Tel: (21) 2707-5552 • e-mail: vitelmo@ampla.com

Contadora: Andréa de Souza Barreto

DIRETORIA EXECUTIVA:

Luís Carlos Silva Miranda
Diretor Presidente

Vitelmo Ferreira
*Diretor de Invest., Admin. e
Finanças*

Dilma Nascimento Trindade
Diretora de Seguridade

